

ESTUDO SOBRE A FELICIDADE E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19: CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Valéria Aparecida Cheroni¹
Mara Lucy Castilho²

RESUMO

O presente trabalho teve como problemática central encontrar quais são os fatores responsáveis para se determinar a felicidade e relacioná-los com a atual situação de pandemia provocada pela COVID-19. Para tanto, utilizou-se de aplicação de questionário (online), pautado nas premissas da Economia Comportamental no que se refere à biocaracterísticas, bem como os fatores que se relacionam (direta ou indiretamente) com a felicidade dos indivíduos. Diante da discussão das variáveis abordadas foi possível obter resultados sobre os seguintes fatores: a renda não possui relação positiva com a felicidade, assim como o desemprego não está atrelado à infelicidade. Os respondentes que se declararam infelizes, também não se consideram saudáveis, diferentemente dos felizes e muito felizes. Por fim, não houve distinção na felicidade entre os indivíduos solteiros e sem filhos, mais uma vez contrariando a literatura pertinente.

Palavras-chave: Felicidade; Renda; Comportamento.

STUDY ON THE HAPPINESS AND IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC: CONTRIBUTIONS FROM THE BEHAVIORAL ECONOMY

ABSTRACT

The main problem of this study was to find which factors are responsible for determining happiness and relating them to the current situation of pandemic caused by COVID-19. For that, we used a questionnaire (online), based on the premises of Behavioral Economics with regard to biocharacteristics, as well as the factors that are related (directly or indirectly) with the happiness of individuals. In view of the discussion of the variables addressed, it was possible to obtain results on the following factors: income does not have a positive relationship with happiness, just as unemployment is not linked to unhappiness. Respondents who declared themselves unhappy did not consider themselves healthy either, unlike happy and very happy. Finally, there was no distinction in happiness between single and childless individuals, again contrary to the pertinent literature.

Key-words: Happiness; Income; Behavior.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá. Email: valeria_cheroni@hotmail.com

² Doutora em Economia Aplicada. Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá. Email: mlcastilho@uem.br

Introdução

A felicidade na Economia se estabeleceu de fato como uma temática alternativa nos últimos trinta anos, graças ao progresso material alcançado mundialmente e pelos questionamentos feitos pelos economistas para com a validade de indicadores estritamente econômicos, como o produto interno bruto (PIB), para representar a satisfação com a vida dos cidadãos de um determinado país. O uso da felicidade no âmbito econômico contou com influências da área psicológica, principalmente do desenvolvimento da área da psicologia cognitiva, que tem por objetivo investigar os processos mentais por trás do comportamento humano (LIMA, 2007).

Um dos expoentes da Economia Comportamental, o psicólogo Daniel Kahneman, defendeu a ideia de que a felicidade tem uma dimensão objetiva da experiência. Seus estudos trataram de variáveis como emoções, sentimentos e alcance de objetivos, e são fundamentalmente empíricos e embasados em *surveys* sobre o grau de felicidade em que as pessoas se encontram. Um exemplo de pergunta feita aos entrevistados é: “Em geral, o quão feliz você é? – muito feliz, feliz, não tão feliz?” Outro exemplo: “O quão satisfeito você está com a sua vida? - muito, um pouco, mais ou menos ou nada?” Cada pessoa conseguiu responder com facilidade a estas perguntas sobre os seus sentimentos com relação ao seu bem-estar. De acordo com as respostas captadas, o autor pode compreender quais são os fatores responsáveis por determinar alguns indivíduos mais felizes do que os outros.

A problemática que embasou o presente trabalho foi: a felicidade dos indivíduos pode estar relacionada a fatores econômicos, como a renda? A renda é o fator que pode ser considerado como de maior importância para se determinar a felicidade do indivíduo? Na atual situação de pandemia provocada pela COVID-19, a felicidade foi diretamente afetada pelas questões de saúde e secundariamente pela renda? A hipótese norteadora é que a felicidade não se relaciona diretamente com a renda e que a pandemia afetou a percepção de felicidade da população. Tal investigação se justifica a partir da necessidade de contribuir para a discussão sobre a temática, pautada em metodologia diferenciada (aplicação de questionário *online*), e em momento muito particular, como o da pandemia de Covid-19 no país.

O presente trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta breve introdução. A seção seguinte resgata as ideias da Economia Comportamental, seguida da relação com a felicidade. Na terceira seção são apresentados os resultados da pesquisa, juntamente com sua

análise, separados em caracterização geral dos respondentes, e por subgrupos: muito felizes, felizes e infelizes. Por fim apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

Economia comportamental e felicidade

A Economia Comportamental utiliza princípios conceituais das áreas da psicologia cognitiva e economia para explicar o comportamento dos agentes econômicos. No século XVIII, o economista e filósofo Adam Smith, considerado o pai da economia moderna, utilizava conceitos psicológicos para descrever o comportamento humano em seu livro “A Teoria dos Sentimentos Morais”, relatando sobre as relações sociais e comportamentais dos indivíduos.

Vários historiadores do pensamento econômico mostram que a economia comportamental teve origens, entre as décadas de 1950 e 1960, nas Universidades, Instituto Carnegie de Tecnologia (Universidade Carnegie-Mellon), Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, Universidade de Oxford e a Universidade de Stirling, no Reino Unido. No entanto, para alguns autores, antes do final da década de 1970 ainda não havia ideias que pudessem ser consideradas como economia comportamental. Camerer e Loewenstein (2004) acreditam que se alguns desses precursores conseguiram realmente atrair a atenção para os paradoxos e limitações da teoria neoclássica, não tiveram a oportunidade de alterar a direção fundamental da teoria econômica. Porém, na década de 1970 os psicólogos cognitivos Amos Tversky, Daniel Kahneman, Baruch Fischhoff e Paul Slovic passaram a apresentar suas descobertas sobre o julgamento e aquilo que consideravam como tomada de decisões em termos formais simples, dessa forma conseguindo promover alguns meios para que fosse possível modelar a racionalidade limitada do ser humano em termos considerados familiares aos economistas (EARL, 1988; GILAD E KAISH, 1986; SENT, 2004).

Wilkinson e Klaes (2012) fazem uma observação sobre uma série de trabalhos escritos nos anos de 1950 e 1960 que apresentavam as várias anomalias presentes no processo de tomada de decisão que, até então, eram ignoradas pelo modelo de comportamento neoclássico. De acordo com os autores, todos esses trabalhos e as contribuições que trouxeram à tona, não passaram de sugestões para que as teorias econômicas fossem melhoradas. Para os autores a economia comportamental nasceu realmente em meados dos anos de 1970, sendo que dois trabalhos foram responsáveis por esse acontecimento, sendo eles: “*Prospect theory: Na analysis of decision underrisk*” de Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979), e “*Toward a positive theory of consumer choice*” de Richard Thaler (1980).

A definição da Economia Comportamental pode ser explicada, segundo Angner e Loewenstein (2012) como o estudo das influências cognitivas, sociais e emocionais observadas sobre o comportamento econômico das pessoas. A Economia Comportamental tem como método

a experimentação para que possa fundamentar teorias sobre as tomadas de decisões dos seres humanos. Diante dessa abordagem, as pessoas são influenciadas por informações lembradas, sentimentos gerados de modo automático e estímulos salientes no ambiente. Os elementos que hoje se pode atribuir à Economia Comportamental podem ser encontrados nos escritos de Alfred Marshall, Wesley Mitchell, J. M. Clark e outros economistas menos ortodoxos dos séculos XIX e XX.

A análise da Economia Comportamental mostra que as decisões econômicas do ser humano têm relação com a racionalidade limitada, assim como abordado por Simon (1955) em seu clássico estudo “*A behavioral model of rational choice*”. Desta forma, há a necessidade de criar modelos que sejam capazes de retratar de maneira mais prática as escolhas, se embasando em conceitos e descobertas da Neurociência, Psicologia e Ciências Sociais. Dessa forma, pode-se entender melhor a felicidade, atribuindo-a ao embasamento teórico e experimental da Economia Comportamental. Felicidade é derivada do latim “*felicitate*” que significa qualidade ou estado de ser feliz. Para Pastore (2001), felicidade não é só o sentimento de ser feliz, mas também representa o prazer que os indivíduos sentem de viver, inclui a sequência cumulativa de experiências que obtém durante a sua vida.

A mais antiga referência de filosofia sobre o termo felicidade é derivada do filósofo grego Tales de Mileto, que designa felicidade como ter um corpo saudável, uma alma com boa formação e ser um indivíduo de sorte. A felicidade para Sócrates não possui uma conexão tão direta com o corpo, a maior importância é dada a estar bem com a alma, propiciada por uma conduta adequada e virtuosa. Já para Kant está ligada com os desejos e prazeres e não constituem parte de uma investigação filosófica (ABBAGNANO, 1970).

A definição de felicidade encontrada na área da filosofia é de Aristóteles, qual seja, a felicidade é como uma conduta de vida de acordo com as características pessoais do indivíduo, desenvolvendo todo o potencial das mesmas e em concordância com as virtudes mais valorizadas, “(...) definimos a felicidade praticamente como uma espécie de vida satisfatória e boa ação. (...) felicidade é uma atividade da alma de acordo com a perfeita virtude (...)” (ARISTÓTELES, 2009, pág. 12, 18).

Adam Smith crê a felicidade como sendo proveniente de uma vida virtuosa. Já o filósofo Sumner (1999, pág. 156) vê a felicidade como uma resposta do indivíduo à percepção que ele tem das suas condições de vida. “(...) felicidade (ou infelicidade) é uma resposta de um sujeito às suas condições de vida, tal como ele as vê (...)”. Para o sociólogo Veenhoven (1991), o termo felicidade tem diferentes significados, o que impede a sua compreensão de modo produtivo. A

dificuldade de conceituação deriva do entendimento da felicidade na linguagem comum, que tende a levar a uma confusão no âmbito técnico científico, com incremento de um debate ideológico em termos de prioridades de valor.

Na área psicológica também há dificuldades na utilização do termo felicidade como um objeto de estudo, preferem o conceito *subjective well-being* (bem-estar subjetivo). Na visão de Diener (1984, 2000), o bem-estar subjetivo é um conceito que engloba não só a satisfação com a vida, como também a experiência de emoções positivas e a experiência reduzida de sentimentos negativos.

Dessa forma, pode-se perceber que mesmo em várias áreas do conhecimento, o único consenso entre quem estuda a felicidade é a dificuldade em definir este conceito. Sabendo dessa dificuldade os economistas não vêm muito sentido em tentar explicar ou definir propriamente esse conceito. Para Mota (2010), a felicidade seria uma preocupação implícita e não era vista como um tema supostamente central da economia, mas era o motivo que tornava a economia relevante. Distinguiu-se entre o bem-estar econômico e o bem-estar não econômico, e acreditava-se numa relação positiva entre a riqueza e a felicidade.

A partir dos anos 1970 começa um programa de investigação consistente sobre a felicidade e, em 1974, são publicados os resultados sobre a robusta estabilidade do bem-estar subjetivo dos indivíduos por um contraste a um crescimento econômico galopante (EASTERLIN, 1974). A explicação avançada baseou-se no processo de reajustamento das realizações individuais, determinantes da autoavaliação da felicidade dos indivíduos que apontavam para a inexistência de uma relação direta entre rendimento e bem-estar.

Oswald (1997) utilizou uma análise entre felicidade e crescimento econômico para questionar a validade do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa de juros e da inflação como indicadores diretos de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos de um país. Para o autor, a única maneira de se chegar a políticas sociais e econômicas adequadas é por meio da procura de padrões de felicidade nos dados disponíveis sobre os países ao longo do tempo.

Frank (1997) corroborou, com o trabalho *The frame of reference as a public good*, com a indagação da possibilidade de maior consumo propiciar maior felicidade. A maior preocupação do autor foi descobrir maneiras cabíveis de as pessoas despendem tempo e dinheiro no mesmo instante que a felicidade aumentasse.

Foi com o interesse da economia voltando-se para a interdisciplinaridade nas reflexões sobre desenvolvimento, que a partir da década de 1990 questões que envolviam considerações sobre o sentido da vida passaram a despertar a curiosidade dos economistas sobre a felicidade humana. Outro fator que explica este maior interesse são os dados de boa qualidade e consistentes, fornecidos via pesquisa de opinião pelo Instituto Gallup, sobre a satisfação dos indivíduos com relação as suas vidas (FRANCO, 2012).

A instituição *Gallup Word Pool* realiza pesquisas sobre o bem-estar, acesso a alimentação e nível de emprego. Realizou estudos em mais de 160 países, abrangendo 99% da população adulta mundial. A pesquisa do Gallup é mensurada pela *Cantril Self-Anchoring Striving Scale*. A pesquisa trouxe como resultado a curiosidade de que viver com os filhos requer esforço diário e isso acaba despertando sentimentos como raiva, estresse excessivo e preocupação, mas quando os indivíduos são questionados sobre a experiência de ter filhos, geralmente apontam ser uma experiência positiva.

Na aferição do *Gallup Health ways Well-Being Index* foi realizada análise com uma amostra de 1000 residências de norte-americanos. O objetivo era responder à pergunta que muito importa para o bem-estar experimentado: “Dinheiro compra felicidade?”. Os resultados mostraram que os indivíduos que se encontram na extrema pobreza, ao passar por situações incômodas, acabam sofrendo mais do que aquelas que estão bem acima na pirâmide de distribuição de renda. Pode-se exemplificar em relação à doença: os indivíduos que se encontram em extrema pobreza sofrem muito mais que aqueles indivíduos que obtêm uma situação financeira melhor. O julgamento e a tomada de decisão dos indivíduos são influenciados pelos contextos e percepção das perdas e ganhos relativos (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

O psicólogo Daniel Kahneman recebeu o prêmio Nobel de Economia em 2002, defendendo as ideias de que a felicidade tem uma dimensão objetiva da experiência, importante para estudos econômicos, num sentido semelhante ao das curvas de utilidade. Pode-se atribuir a ideia de que a qualidade de vida está relacionada à felicidade dos indivíduos, pois o conceito de qualidade de vida que ganhou proeminência a partir dos anos 1970 tem como base fundamental que o bem-estar de uma sociedade não deveria ser medido apenas pelo seu desenvolvimento econômico (SIRGY, 1998). Tem como pressupostos fatores como habitação, saúde e relações sociais que são importantes na avaliação de uma sociedade. Qualidade de vida significa a vivência de uma sociedade com condições objetivas de existência que sejam satisfatórias: alta esperança média de vida, baixa mortalidade infantil, saneamento e saúde pública, educação, habitação.

Segundo Layard (2005), algumas pesquisas trouxeram questionamentos, sendo, por exemplo, nos últimos 50 anos houve um crescimento econômico expressivo, principalmente nos

países ocidentais, que resultou em um aumento do consumo. Grande parte da população conseguiu adquirir casas, automóveis, como também direitos trabalhistas, sistemas educacionais e de saúde mais qualificados. De acordo com a teoria econômica, isso deveria ter deixado as pessoas numa posição de satisfação melhor do que antes. Pesquisas realizadas com indivíduos norte-americanos e britânicos revelam que eles não se sentem mais felizes. Indicadores que parecem corroborar essa insatisfação são: o aumento no número de indivíduos que são diagnosticados com depressão e aumento da criminalidade (EASTERLIN, 2001; GRAHAM, 2005).

Easterlin (2001, 2003) apresenta uma teoria que relaciona rendimento e felicidade. Os principais resultados, em média, referiam-se a: i) países ricos apresentavam maior satisfação global que os países mais pobres e os indivíduos mais ricos diziam-se mais felizes que os indivíduos mais pobres, mas; ii) analisando ao longo do tempo e a partir de um nível médio de riqueza, o rendimento não apresentava uma associação significativa com a felicidade; iii) os indivíduos consideram-se mais felizes no presente do que no passado e acham que serão ainda mais felizes no futuro. Esses dados mostram que o rendimento apresenta uma relação significativa com a felicidade apenas nos níveis mais baixos e que vai diminuindo à medida que o rendimento aumenta, ou seja, ocorre uma diminuição da felicidade marginal do dinheiro (NG, 1997).

O trabalho de Corbi e Menezes (2006) examina de forma empírica o papel de variáveis econômicas na determinação do nível de felicidade e bem-estar individual para cinco países, dentre eles o Brasil (no ano de 1997). Analisaram os efeitos de renda, emprego, idade, sexo, educação e estado civil em relação à felicidade. Concluíram que a felicidade subjetiva giraria em torno de preocupações das pessoas com a vida familiar, saúde, situação financeira e emprego.

Segundo estudos, há uma forte relação entre a felicidade e a saúde física e psicológica. A saúde psicológica é a que obtém maior relação. Ataques cardíacos e derrames reduzem a qualidade de vida (DOLAN, PEASGOOD e WHITE, 2008). Indivíduos que sofrem de doenças crônicas ou problemas permanentes, ocasionados por fatalidades, tendem a passar por uma adaptação ao estado de “incapacidade”, mas estão longe de se sentirem satisfeitos com essa nova realidade, pois qualquer indivíduo que antes tinha uma vida “normal” e sem restrições fisiológicas, não consegue se sentir satisfeito como antes.

A felicidade inclusive se reduz ao longo do ciclo de vida das pessoas; quanto mais às pessoas envelhecem mais problemas relacionados à saúde surgem e, assim, relatam menor satisfação com a vida. O que não existe é uma adaptação completa das pessoas as doenças que vão surgindo ao longo de suas vidas (EASTERLIN, 2004).

A pesquisa e seus resultados

A presente pesquisa contou com a coleta de dados através de questionário aplicado de forma *online*, disponível entre os dias 11 de janeiro e 2 de fevereiro de 2021, resultando em uma amostra de 516 respondentes³. O questionário foi elaborado tendo como respaldo a literatura referente ao tema e contou com duas seções: a primeira buscou as características biológicas, sociais e econômicas dos respondentes, assim como a autodeclaração de felicidade; a segunda seção se preocupou em relacionar a atual situação pandêmica com a felicidade. No total foram trinta questões, classificadas como abertas e fechadas.

De posse dos resultados coletados optou-se por apresentá-los, inicialmente, de forma agregada, ou seja, o perfil geral dos respondentes. Na sequência apresenta-se os grupos de respondentes de acordo com a felicidade declarada.

Resultados gerais

A pesquisa contou com 516 respondentes, sendo 38,5% homens, 61,04% mulheres, 0,23% se declararam agênero e o mesmo percentual optou por não declarar. Ressalta-se que estes dois grupos não foram considerados no decorrer das estatísticas do trabalho, uma vez que não totalizam ao menos 0,5% da amostra. No que se refere ao percentual de homens e mulheres, embora não estejam próximos (a diferença gira em torno de 10 pontos percentuais para menos no caso de homens e 10 pontos percentuais para mais no caso das mulheres) ao perfil geral da população, representam muito bem a população média universitária.

A Tabela 1 apresenta algumas características dos respondentes. Pode-se constatar que a maior parcela dos respondentes (em torno de 86%) tem entre 15 e 26 anos, sendo 91% de homens e 79% de mulheres, solteiros. A faixa etária corrobora o grau de instrução de maior incidência, qual seja o ensino superior incompleto, sendo que os homens representaram 67,3% e as mulheres 63%. Sobre a questão da maternidade/paternidade, 93,5% dos homens e 82% das mulheres não têm filhos. No que se refere à residência⁴, constatou-se que 54,2% dos homens e 46,4% das mulheres, residiam em cidades consideradas médias, sendo que entre as mulheres este percentual

³ Vale ressaltar que, ao se disponibilizar o questionário em rede de internet, não se limitou a localização a determinado município ou mesmo Estado da Federação, contando com respondentes diversos. O mesmo se aplica a categoria estudante do ensino superior, que não se limitou a uma instituição específica.

⁴ O questionário estabelecia que cidades pequenas tinham até 50 mil habitantes, médias de 50.001 até 500 mil e grandes acima de 500.001.

é seguido de perto pelas cidades pequenas (42,8%). Ao serem questionados sobre trabalhos voluntários, 67,3% dos homens e 56,5% das mulheres responderam que não praticam, sendo que entre as mulheres, 31,7% eventualmente realizam este tipo de trabalho. Sobre a variável saúde, 71,35% dos homens e 69,8% das mulheres se consideraram indivíduos saudáveis.

Tabela 1: Perfil geral dos respondentes

DESCRIÇÃO/GÊNERO	Homens	Mulheres
IDADE		
15-26	86,43%	86,98%
27-46	8,54%	11,11%
47-66	5,02%	1,90%
ESTADO CIVIL		
Casados	6%	16,80%
Divorciados	3%	3,10%
Solteiros	91%	79%
Viúvos	0	1,1%
PATERNIDADE/MATERNIDADE		
Não tem filhos	93,50%	82%
Tem filhos	6,50%	18,00%
LOCAL RESIDENCIA		
Campo	3%	3,80%
Cidade pequena	31,50%	42,80%
Cidade média	54,20%	46,40%
Cidade grande	11,30%	7%
ESCOLARIDADE		
Fundamental	0	1,60%
Médio completo	14,10%	17,00%
Médio incompleto	0,50%	2,20%
Superior completo	18,09%	16,20%
Superior incompleto	67,30%	63,00%
TRABALHO VOLUNTARIO		
Sim	13,1%	11,7%
As vezes	19,6%	31,7%
Não	67,3%	56,5%
SAUDE		
Não saudáveis	28,65%	30,20%
Saudáveis	71,35%	69,80%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando se trata da ocupação e renda dos pesquisados, a Tabela 2 apresenta a distinção entre gêneros. Novamente é possível comprovar a maior participação de estudantes (62,84% dos homens e 62,29% das mulheres), já que os que se declararam empregados representam apenas 32,16% dos homens e 31,11% das mulheres. Sendo assim, era de se esperar, como de fato os dados comprovaram, que grande parte dos respondentes recebiam ajuda financeira dos pais (38,2% homens e 38,7% mulheres), ou declararam não possuir renda (12,6% homens e 12,4% mulheres).

Por outro lado, os que tinham sua renda proveniente de salários somaram 37,7% dos homens e 36,8% das mulheres.

Tabela 2: Perfil geral dos respondentes em relação à ocupação e renda

DESCRIÇÃO/GÊNERO	Homens	Mulheres
OCUPAÇÃO		
Aposentado	1%	1,20%
Desempregado	4%	3,50%
Do lar	0%	1,90%
Empregado	32,16%	31,11%
Estudante	62,84%	62,29%
PROVENIENCIA RENDA		
Salário	37,7%	36,8%
Pensão	2,0%	1,6%
Aposentadoria	0%	1%
Auxílio governamental	1,5%	1,9%
Bolsa de estudos	8,0%	7,9%
Ajuda dos pais	38,2%	38,7%
Não possui renda	12,6%	12,4%
MÉDIA MENSAL RENDA		
Até R\$ 1.045,00	44,2%	46,0%
Entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00	22,6%	27,6%
Entre R\$ 2.091,00 e R\$ 4.180,00	20,1%	14,0%
Entre R\$ 4.181,00 e R\$ 6.270,00	4,0%	6,7%
Entre R\$ 6.271,00 e R\$ 8.360,00	2,5%	2,5%
Entre R\$ 8.361,00 e R\$ 10.450,00	1,0%	0,6%
Acima de R\$ 10.451,00	5,5%	2,5%
SATISFAÇÃO COM A RENDA		
1	12,06%	12,69%
2	5,52%	6,03%
3	9,54%	8,88%
4	6,53%	9,52%
5	11,55%	18,09%
6	10,55%	15,55%
7	17,08%	9,20%
8	10,55%	8,25%
9	5,52%	5,07%
10	11,05%	6,34%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando se mensura a renda, os maiores percentuais se encontram até R\$1.045,00 (44,2% dos homens e 46% das mulheres), indicando o perfil de jovens estudantes que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Como era de se esperar, à medida que a média mensal de renda aumenta, diminui o percentual de pessoas nesses extratos. Vale destacar que os homens se mostraram mais satisfeitos com sua renda, comparativamente às mulheres, pois, em uma escala

Likert de 1 a 10, 17,08% dos homens indicaram grau de satisfação igual a sete, enquanto 18,09% das mulheres indicaram grau cinco de satisfação.

De acordo com a autodeclaração de felicidade, 75,2% dos respondentes se consideraram felizes, sendo que 15,7% se declararam muito felizes, enquanto 9,1% infelizes.

O assunto de maior complexidade e de extrema curiosidade que trouxe as indagações para o presente trabalho é a felicidade e expectativas de futuro dos indivíduos, principalmente quando se observa o atual cenário pandêmico (COVID-19). Dessa forma, a pesquisa teve como foco, além de entender os principais motivos relacionados à felicidade, observar se esta foi abalada diante da pandemia. Para isso, tem-se o perfil geral dos respondentes, como apresentado na Tabela 3. Pode-se perceber que 53% dos indivíduos muito felizes e 57% dos indivíduos felizes não tiveram seus empregos afetados pelo novo vírus. Já 45% dos indivíduos infelizes sofreram essa mudança no trabalho. Quando interrogados sobre se a pandemia fez com que se tornassem mais saudáveis, 79% dos muito felizes, 84% dos felizes e 70% dos infelizes afirmaram que sim.

Tabela 3: Perfil Geral dos respondentes relacionados com a pandemia

DESCRIÇÃO	%	MUITO FELIZ	FELIZ	INFELIZ
Emprego afetado	Não	53%	57%	45%
	Sim	47%	43%	55%
Contaminação por Covid-19	Não	47%	49%	45%
	Sim	53%	51%	55%
Perdas de entes queridos	Não	83%	80%	81%
	Sim	17%	20%	19%
Expectativa com o fim pandemia	Não	27%	50%	66%
	Sim	73%	50%	34%
Saudáveis durante a pandemia	Não	21%	16%	30%
	Sim	79%	84%	70%
Expectativa de vida normal	Não	59%	66%	70%
	Sim	41%	34%	30%

Fonte: Resultados da pesquisa.

É importante ressaltar que nos três grupos a maioria dos respondentes já foi infectada, sendo 53% dos muito felizes, 51% dos felizes e 55% dos infelizes, no entanto, acima de 80% de todos os grupos ainda não haviam perdido entes queridos, sejam parentes ou amigos. Destaca-se que a pesquisa foi aplicada antes da ocorrência da segunda onda da pandemia no país.

Sobre a expectativa do fim da Pandemia da COVID-19, os muito felizes (73%) e felizes (50%) acreditavam que sim, ao passo que os infelizes em sua maioria (66%) julgavam que não. Embora o pessimismo estivesse somente nos infelizes quanto ao final do período pandêmico, todos, em sua maioria, julgaram que a vida não retornará ao normal com o fim da pandemia.

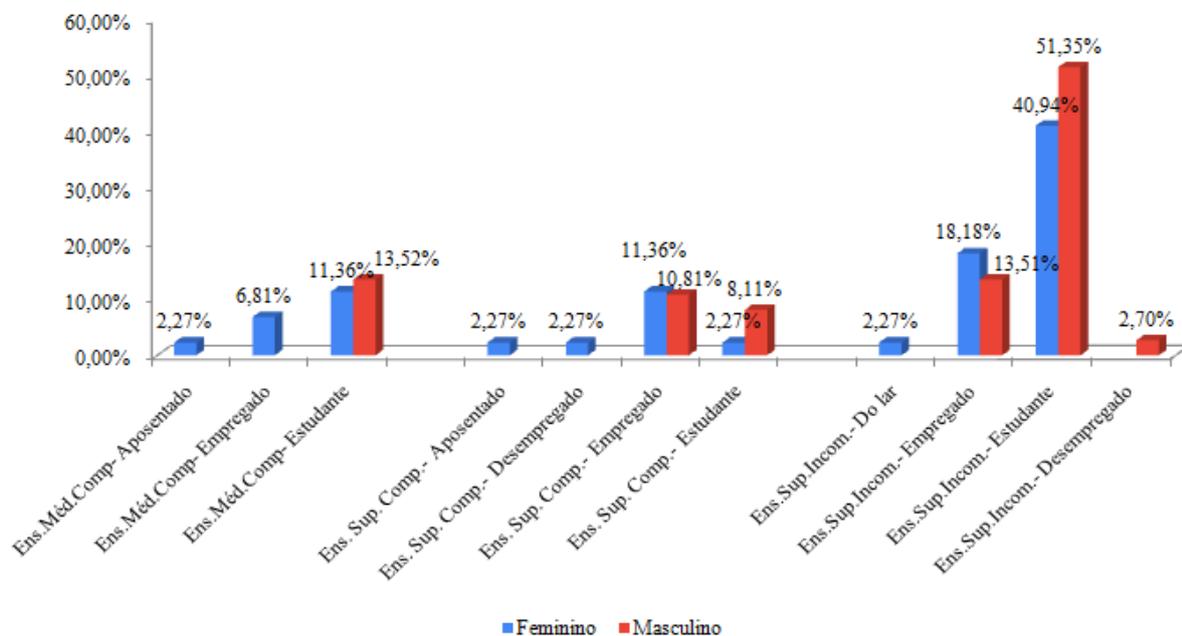
Muito felizes

O total de respondentes que se declarou muito feliz foi de 15,7% dentre todos os 516 pesquisados. Destes, 45,67% são do gênero masculino, enquanto 54,32% são do gênero feminino.

Adentrando o quesito de relacionamentos pessoais desses indivíduos, 39% dos homens e 35,8% das mulheres muito felizes caracterizaram-se como solteiros e sem filhos. Por outro lado, tem-se que 2,5% dos homens e 11% das mulheres muito felizes se declararam casados e com filhos. No que se refere ao local de residência, ambos os gêneros, sendo 54,05% dos homens e 45,45% das mulheres, responderam ser muito felizes residindo em cidades consideradas médias onde há entre 50.000 e 500.000 habitantes.

Sobre o grau de escolaridade dos respondentes, a maior parcela tem ensino superior incompleto, sendo 67,56% homens e 61,36% mulheres. Dentre os homens, 2,70% estão desempregados, 13,51% estão empregados e 51,35% são estudantes. Dentre as mulheres, 2,27% têm o lar por ocupação, 18,18% estão empregadas e 40,94% são estudantes, conforme Figura 1.

Figura 1: Relação da ocupação e grau de instrução-Muito Feliz



Fonte: Resultados da pesquisa.

Pode-se perceber uma significância considerável nos indivíduos que tem o ensino superior completo, entre mulheres (18,18%) e homens (18,91%). Dentre as mulheres, 2,27% são aposentadas, mesmo percentual de desempregadas e estudantes, por outro lado, 11,36% estão

empregadas. Os homens apresentam percentuais muito próximos aos das mulheres, com exceção a aposentadoria e o desemprego, pois não apresentaram tais características, destes 10,81% estão empregados e 8,11% são estudantes.

No que tange à renda, entre as mulheres constatou-se que 45% são assalariadas, 30% recebem ajuda financeira dos pais, 11% não possuem renda, 7% contam com bolsas de estudo, 5% recebem pensão e 2% aposentadoria. Independentemente da origem, as mulheres possuem renda baixa, geralmente média mensal de até R\$1.045,00, com pouquíssimas exceções, tal como entre as assalariadas que prevalece a faixa de 1 a 2 salários-mínimos.

No que se refere à renda dos homens, quase a metade dos pesquisados que se consideram muito felizes (49%) contam com ajuda financeira dos pais, outros 32% são assalariados, 8% possuem bolsa de estudos, 5% não possuem renda e outros 5% recebem pensão. Diferentemente do que ocorre com as mulheres, a média mensal de renda dos homens não é tão baixa, girando em torno de um a quatro salários-mínimos para os assalariados. No entanto, quando se olha para aqueles que recebem ajuda dos pais, a média continua sendo de até R\$1.045,00.

Neste grupo de pessoas que se declararam muito feliz, o trabalho voluntário não ocorre para 59,09% das mulheres e 56,75% dos homens. Em se tratando de saúde, 79,54% das mulheres e 78,37% dos homens se consideraram saudáveis.

Adentrando os efeitos da pandemia sobre as mudanças ocorridas no ambiente de trabalho, 25% de mulheres e 21% de homens muito felizes relataram ter presenciado alguma mudança durante a pandemia. Dentre essas mudanças, 9,09% das mulheres e 24,32% dos homens relataram ter começado a trabalhar em *home office*. Por outro lado, 9,09% das mulheres perderam o emprego, enquanto nenhum homem relatou ter perdido o trabalho.

No que se refere ao contágio, 27% das mulheres e 25% dos homens responderam terem sido infectados pelo vírus, sendo que 22,72% das mulheres e 10,81% dos homens relataram ter perdido ao menos um ente querido, desde o início da pandemia.

Diante do novo coronavírus, todos tiveram que mudar seus hábitos para se adequar à nova realidade, assim, 59,09% das mulheres e 43,24% dos homens evitavam locais com aglomerações, além de ter o cuidado de sempre sair de casa com máscara facial.

Por fim, quando questionados sobre a expectativa do fim da pandemia, 81,08% dos homens acreditavam que o fim estaria próximo, sendo que 43,24% destes acreditavam que a vida não retornaria a ser como antes da pandemia. Já na ótica feminina, 65,90% acreditavam que o fim da pandemia estaria próximo e 34,09% destas também não acreditavam que a vida voltaria a ser como antes.

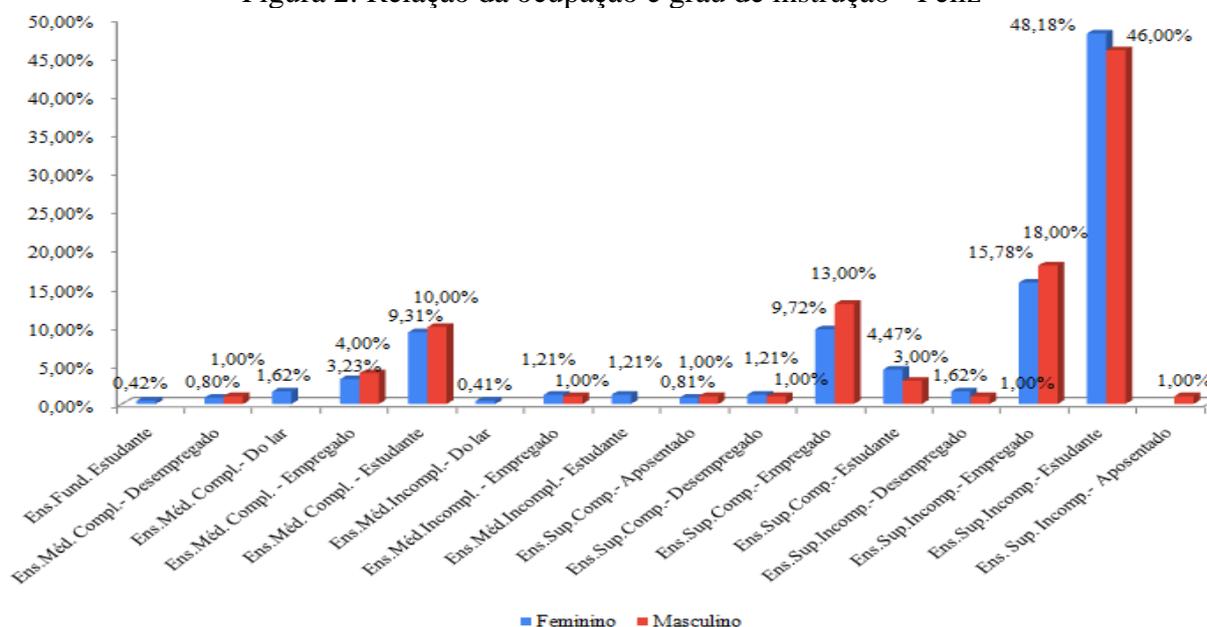
Felizes

Dentre todos os respondentes (516), 75,2% se consideram felizes, sendo 63,35% mulheres e 36,34% homens. No que se refere ao estado civil e à maternidade/paternidade, 50% das mulheres e 32% dos homens que se declararam felizes são solteiros e sem filhos.

Os respondentes estão bem distribuídos em residirem tanto em cidades médias como em cidades pequenas, pois 46,96% das mulheres e 52,48% dos homens residem em cidades médias, enquanto 43,72% de mulheres e 34,04% de homens residem em cidades pequenas.

Adentrando a ótica de escolaridade e ocupação dos respondentes felizes (Figura 2), observa-se que a maior parcela tem o ensino superior incompleto, sendo 65,8% mulheres, onde 1,62% estão desempregadas, 15,78% estão empregadas e 48,18% são estudantes. A distribuição é bastante semelhante quando se observa os homens, ou seja, são predominantemente estudantes (46%), seguidos por aqueles que estão empregados (18%). Apenas 1% se encontra desempregado e 1% aposentado.

Figura 2: Relação da ocupação e grau de instrução - Feliz



Fonte: Resultados da pesquisa.

Os indivíduos que têm o ensino superior completo sinalizaram uma significância, mesmo que menor se comparada com os de ensino superior incompleto. Desta forma, dentre as mulheres (16,19%) que estão nesse grau de instrução, 0,81% são aposentadas, 1,21% estavam

desempregadas, 9,72% empregadas e 4,47% estudantes. Os homens totalizaram 18,43%, dentre estes 1% aposentado, 1% desempregado, 13% empregados e 3% estudantes.

No que tange à proveniência da renda e a média mensal desta para as mulheres, assim como verificado no grupo muito feliz, aqui também o maior percentual se encontra entre aquelas que recebem ajuda financeira dos pais (40%), sendo que a média mensal de renda prevalecente é de até R\$1.045,00. As assalariadas representaram 35,63% do total de mulheres felizes, sendo que a maior incidência ocorre no extrato de renda de 1 a 2 salários-mínimos. Vale destacar que 11,74% se declararam sem renda e 8,91% tendo nas bolsas de estudos sua renda mensal.

Já os homens, comparativamente às mulheres, há uma inversão nos percentuais quanto a ajuda financeira dos pais (34,75%) e os assalariados (40,43%), podendo indicar que os homens felizes ingressam antes que as mulheres no mercado de trabalho. Aqui também há homens que não possuem renda (14,18%) e aqueles que dependem de bolsa de estudos (9,22%).

No que se refere ao trabalho voluntário, 55% das mulheres e 72,34% dos homens disseram não realizar. Quanto a se considerarem saudáveis, a maioria de ambos os gêneros (70,85% de mulheres e 73,04% dos homens) assim se considera.

Quanto aos locais de trabalho, 41,70% das mulheres felizes e 46,09% de homens felizes relataram ter sofrido com mudanças no ambiente que trabalham. Das mulheres, 13,76% relataram que passaram a trabalhar em *home office*, sem alterações em seus salários, onde 7,69% foram infectadas pelo vírus; por outro lado, 10,12% relataram ter perdido o emprego, sendo que 5,66% foram infectadas, ou seus parentes próximos. Dentre os 46,09% de homens felizes 18,44% passaram a trabalhar em *home office*, sem alterações salariais, sendo que 7,09% foram contaminados pelo vírus; em contrapartida, 9,92% perderam seus empregos e 7,09% também foram infectados pelo vírus.

Foi possível detectar que alguns indivíduos começaram a cuidar mais da sua saúde após a pandemia, em sua maioria as mulheres lideraram esse aumento com 86,63%, já os homens representaram 80,14%, sendo que afirmam evitar locais que há aglomerações de pessoas e sempre saem de casa protegidos com a máscara. Homens e mulheres felizes divergiram quando questionados sobre o fim da pandemia, enquanto a maioria das mulheres (53,03%) acreditava que a pandemia se aproximava do final, os homens foram mais céticos e para 56,02% deles o fim não estava próximo. Porém, ambos concordam que a vida não retornaria ao que era antes (68,42% das mulheres e 63,12% dos homens).

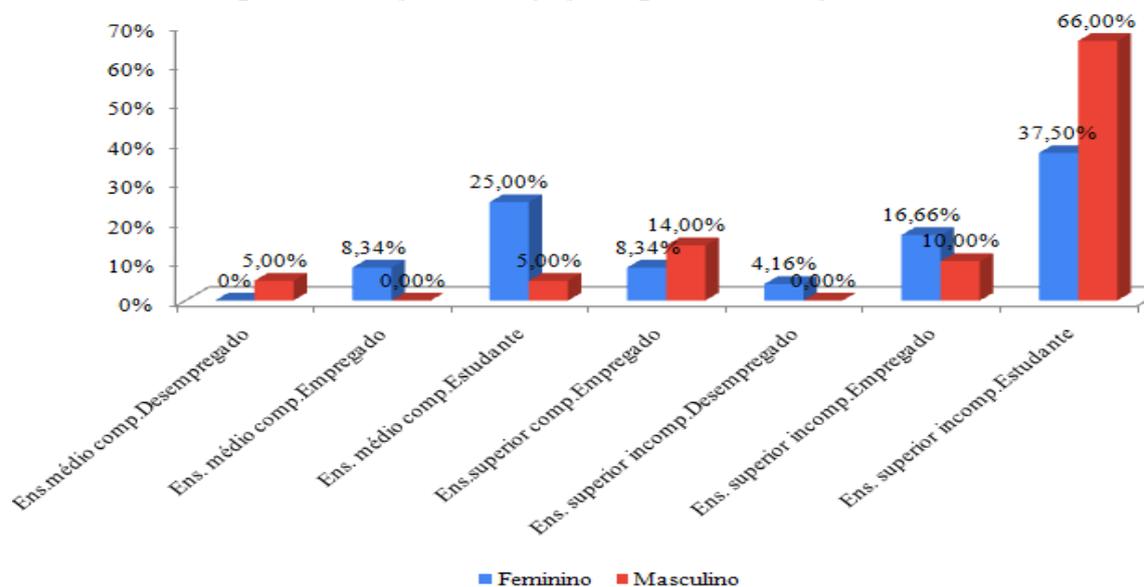
Infelizes

Os indivíduos que se consideraram infelizes totalizaram 8,7% da amostra, sendo 53,19% mulheres e 46,8% homens. A maioria das mulheres, 91,66%, é solteira, sendo que dentre essas 87,50% não tem filhos. Em contrapartida 95,23% dos homens são solteiros e sem filhos.

Diante as respostas sobre onde residem esses indivíduos que se consideram infelizes, pode-se perceber que estão concentrados em sua maioria em cidades médias, sendo 45,83% mulheres e 66,66% homens. Os residentes de cidades pequenas totalizam 41,66% de mulheres e 28,57% de homens.

Adentrando a variável nível de escolaridade e ocupação, observa-se que a maior parcela dos entrevistados, homens e mulheres, tem o ensino superior incompleto, sendo 58,33% mulheres, destas 4,16% estavam desempregadas, 16,66% empregadas e 37,50% estudantes. Por outro lado, 76,19% homens tinham o ensino superior incompleto, sendo 9,52% empregados e 66,67% estudantes, conforme Figura 3.

Figura 3: Relação da ocupação e grau de instrução- Infeliz



Fonte: Resultados da pesquisa.

O ensino médio completo também sinalizou resultados significativos entre as mulheres (33,33%), sendo que para os homens (9,52%) não se notou alta significância. Dentre as mulheres 8,33% estavam empregadas e 25% eram estudantes. Do total de homens, 4,76% estavam desempregados e o mesmo percentual se aplica aos estudantes.

Assim como nos grupos de muito felizes e felizes, as mulheres que se declararam infelizes tem sua renda proveniente da ajuda financeira dos pais (41,67%) e dos salários (33,33%), sendo o

extrato de até R\$1.045,00 com maior incidência no primeiro caso e de R\$1.045,00 a R\$2.090,00 no segundo caso. Aquelas que declararam não possuir renda representaram percentual de 20,83%. Para os homens infelizes, a média mensal de renda prevalecente é de R\$1.045,00, independentemente de sua origem, seja de ajuda dos pais (42,86%), seja dos salários (28,57%).

A maioria de homens (52,38%) e mulheres (66,66%) infelizes não executa trabalhos voluntários e não se considera saudável (62,5% das mulheres e 52,38% dos homens), no entanto, dentre estas mulheres 29,16% afirmaram que estão evitando lugares com aglomerações e sempre saem de máscara, ao passo que dentre os homens este percentual sobe para 38,09%.

Dentre os indivíduos infelizes, 50% das mulheres e 61,90% dos homens relataram ter sofrido alguma alteração em seu ambiente de trabalho. Das mulheres, 16,65% passaram a trabalhar em *home office* sem alterações de salário, onde 4,16% destas foram infectadas pelo coronavírus ou tiveram seus parentes infectados; entretanto 12,50% perderam seus empregos e destas, 8,33% foram infectadas pelo coronavírus. Já entre os homens, 19,04% relataram ter começado a trabalhar em *home office*, sem alterações de salário, dentre esses 14,28% foram infectados pelo coronavírus. Em contrapartida 23,80% perderam seu emprego com a pandemia e 14,28% foram infectados pelo coronavírus.

Por fim, quando questionados sobre a expectativa do fim do período pandêmico, 70,83% das mulheres e 61,90% dos homens afirmaram não acreditar que o fim se aproximava, sendo que 62,5% das mulheres e 76,19% dos homens acreditavam que a vida após a pandemia da COVID-19 não voltaria a ser como antes.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal analisar por meio de aplicação de questionário (*online*), quais os fatores que se relacionam (direta ou indiretamente) com a felicidade dos indivíduos, elencando-os com fatores econômicos, como a renda, bem como fatores não econômicos, como o estado civil e saúde do indivíduo.

As evidências e propostas teóricas que foram percorridas durante o trabalho, em conjunto com os dados recolhidos por meio do questionário, permitem uma reflexão crítica sobre a existência de mais fatores que impulsionam a vida dos indivíduos além dos fatores estritamente econômicos, como a saúde atrelada aos efeitos da pandemia. Dessa forma, os rendimentos mais elevados, em média, não geram mais felicidade, pois a maior parte dos respondentes que se declararam muito felizes e felizes tem média mensal de renda baixa ou intermediária.

Em relação aos outros fatores econômicos por trás da felicidade individual, o estudo da felicidade prescreve que o desemprego é a variável que mais impacta na felicidade, pois representa para os indivíduos um fracasso em termos profissionais. Isso não se verificou na presente pesquisa, haja vista que o desemprego, embora em pequenos percentuais, esteve presente nos três grupos: muito feliz, feliz e infeliz.

Em termos de relacionamentos, como a maioria dos respondentes é de pessoas jovens, solteiras e sem filhos, há em contrapartida os indivíduos que se consideram infelizes e se apresentam como solteiros e sem filhos, enfatizando a contradição da ideia de que um bom relacionamento com outras pessoas, como o caso de uma relação conjugal pode trazer mais felicidade para os indivíduos.

Os respondentes muito felizes, felizes e infelizes relataram que houve mudanças nos ambientes de trabalho, devido à pandemia, e muitos tiveram que se adaptar à nova realidade, como por exemplo, trabalhar em *home office*, o que não trouxe diminuição da sua satisfação para com a vida, pois poucos perderam os empregos.

Novamente nos três grupos pesquisados verificaram-se indivíduos que foram infectados pelo novo coronavírus, o que fez com que prestassem mais atenção à saúde, à alimentação e ao cuidado necessário quando precisavam sair de suas casas, fazendo uso de máscara facial e evitando lugares com aglomerações. Embora as circunstâncias sejam críticas se tratando da pandemia da COVID-19, visto as consequências que trouxeram aos indivíduos, a maioria dos respondentes ainda se considera feliz, embora não acreditem que essa situação vá passar logo e que a vida irá voltar a ser como antes.

O presente estudo mostrou um conhecimento mais amplo dos fatores que determinam a felicidade dos indivíduos, indo além das premissas do senso comum de que a renda é sinônimo de felicidade. A compreensão dos processos psicológicos enfrentados pelos indivíduos diariamente, bem como entender variáveis qualitativas como saúde e qualidade de vida são fundamentais para distinguir a mensuração de felicidade entre as pessoas, inclusive em um cenário pandêmico em que a pesquisa foi realizada e considerando uma amostra composta predominantemente por jovens estudantes.

Como sugestão para pesquisas futuras tem-se a aplicação de questionários presencialmente, o que aumenta a compreensão dos entrevistados e, conseqüentemente, melhora qualitativamente as respostas, bem como em ambientes que proporcionem maior diversidade de características como escolaridade e renda, por exemplo.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. 976p. Disponível em: <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.
- ANGNER, E; LOEWENSTEIN, G. Behavioral Economics, in Uskali Mäki. (Ed.) *Handbook of the Philosophy of Science: Philosophy of Economics*. Amsterdam: Elsevier, 2012. p. 641-690.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Antonio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- CAMERER, C., LOEWENSTEIN, G. Behavioral Economics: past, present and future. In: CAMERER, C.; LOEWENSTEIN, G.; RABIN, M. (Coords.) *Advances of Behavioral Economics*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CORBI; MENEZES-FILHO. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. In: *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4, p. 518-536, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/03.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2018.
- CLARK, A., & OSWALD, A. Um happiness and um employment. *The Economic Journal*, 1994. 104(424), pp. 648–659.
- DIENER, E. Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 1984. 95, pp. 542-575.
- _____. Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist*, 2000. Vol. 55, pp. 34-43.
- DOLAN, P., PEASGOOD, T., & WHITE, M. Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being. *Journal of Economic Psychology*, 2008. 29, pp. 94-122.
- EARL, P. (1988). *Behavioral Economics* (vol. I). Edward Elgar: Aldershot. 1988.
- EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In: DAVID, PAUL A.; REDER MELVIN, W. R. (Ed.). *Nations and house holds in economic growth: essays in honor of Moses Abramowitz*. New York: Academic Press, 1974. Disponível em: <https://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.
- _____. Income and happiness: Toward a unified theory. *The Economic Journal*, 2001. 111, p. 465-484. Disponível em: <https://academic.oup.com/ej/article-abstract/111/473/465/5139977?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.
- _____. *Explaining happiness* *Proceeding of the National Academy of Sciences*, v. 100, p. 11176-11183, 2003. Disponível em: <http://www.pnas.org/content/100/19/11176.full-title=Explaining>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

_____. The economics of happiness. In: *Daedalus*, 2004.v. 133, n. 2, p. 26-33. Disponível em: <<http://www-bcf.usc.edu/~easterl/papers/Happiness.pdf>>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

FRANCO, G. H. B. *Índices de Felicidade e desenvolvimento econômico*. Portugal: Fundação Calouste Gulberklain. 2012. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/gfranco/Economia%20e%20felicidade%20-%20o%20ensaio.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

FRANK, R. The frame of reference as a public good. *The Economic Journal*, 1997.107, p. 1832-1847. Disponível em:<<https://academic.oup.com/ej/article-abstract/107/445/1832/5064001>>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

GILAD, B.; KAISH, S. “Preface”. In: GILAD, B., KAISH, S. (Eds.). *Handbook of Behavioral Economics*, vols. A and B. London: JAI Press Inc., 1986.

GRAHAM, C. The economics of happiness. In: *World Economics*, 2005 v. 6, n.3, p. 41-55. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/~media/research/files/articles/2005/9/globaleconomics>>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

KAHNEMAN, D; TVERSKY, A. Prospect Theory: na Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, 1979. 47, pp. 263-291.

LAYARD, R. *Happiness: Lessons from a New Science*. Grã-Bretanha: Editora Allen Lane, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Happiness.html?id=nesQAQAIAAJ&redir_e%20sc=y>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

LIMA, S. V. *Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/.../SabrinaVieiraLima.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2018.

MOTA, G. A. *Threes says on happiness in economics: exploring the use fulness of subjective well-being data for the economic analysis of welfare*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2010.

NETTO, J. H. C. D. *Bem-estar Subjetivo: Uma Abordagem Intergeracional Pelo Método De Pseudopainel*. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/.../i12-7cdb8e09b25663206795eed3bc9db964.docx>>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

NG, Y. K. A case for happiness, cardinal is mand interpersonal comparability. *Economic Journal*, v. 107, p. 1848-1858, 1997. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ej/article-abstract/107/445/1848/5063994>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

OSWALD, A. Happiness and economic performance. *Economic Journal*, 1997. 107(445), pp. 1815-1831.

PASTORE, J. *Riqueza e felicidade*, 2001. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/cotidiano/089.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

SENT, E.-M. Behavioral economics: how Psychology made its (limited) way back into Economics. *History of Political Economy*, 2004. 36: pp. 735-760.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 69, nº. 1, 1955, pp. 99-118.

SIRGY, J. Material is mand quality of life. *Social Indicators Research*, 43, 227-260. In: *SKOCPOL, T. Social Policy in the United States: Future possibilities in historical perspectives*. NJ: Princeton University Press, 1998.

SUMNER, L. *Welfare, happiness an dethics*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

THALER, R.H. Toward a Positive Theory of Consumer Choice. *Journal of Economic Behavior and Organization* 1, 39-60, 1980.

VEENHOVEN , R. Questions on happiness: Classical topics, modern answers, blind spots. In: F. STRACK, M. ARGYLE, & N. SCHWARZ (Eds.). *Subjective well-being: an interdisciplinary perspective*, p. 7-26. Oxford, England: Pergamon Press, 1991. Disponível em: <http://repub.eur.nl/pub/16149/91c-full.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

WILKINSON, N.; KLAES, M. *An Introduction to Behavioral Economics*. London: Palgrave Macmillan, 2nd edition, 2012.